

As relações extraconjugais e extraoficiais sob o crivo do tempo e do espaço: uma abordagem histórico-dialetológica envolvendo variedades de língua portuguesa

Las relaciones extraconyugales y extraoficiales bajo la égida del tiempo y del espacio: un enfoque histórico-dialectal que implica variedades de lengua portuguesa

Daniel Abud Marques Robbin
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
danielabudmr@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-2527-1694>

RESUMO

Esta investigação de cunho histórico-dialetológico possui como objetivo geral contrastar a norma lexical da variedade brasileira e da variedade lusitana de língua portuguesa quanto ao campo semântico das relações extraconjugais e extraoficiais, a partir de *corpora* historicamente constituídos, tanto de língua escrita quanto de língua falada. Os resultados apontam para uma certa regularidade entre as normas regionais portuguesa e brasileira dos séculos XVI a XX, em língua escrita. Em alguns recortes de língua falada no Centro-Sul do Brasil, mais recentemente, parecem permanecer alguns resquícios de obsoletismos provenientes do português antigo e do latim, ao passo que novas formações neológicas surgem para dar conta de neutralizar a carga semântica pejorativa desse referente tabuístico, e outras denominações parecem progressivamente tender ao desuso.

Palavras-chave: tabu linguístico; léxico histórico; mudança linguística; história da língua; dialetologia.

RESUMEN

Esta investigación de cuño histórico-dialetológico posee como objetivo general contrastar la norma léxica de la variedad brasileña y de la variedad lusitana de lengua portuguesa a partir de *corpora* históricamente constituidos, tanto de lengua escrita como de lengua hablada, en cuanto al campo semántico de las relaciones extraconyugales y extraoficiales. Los resultados apuntan a una cierta regularidad entre las normas regionales portuguesa y brasileña de los siglos XVI a XX, en lengua escrita. En algunos recortes de lengua hablada en el Centro-Sur de Brasil, recientemente, parecen permanecer algunos restos de obsoletismos provenientes del portugués antiguo y del latín, mientras que nuevas

formaciones neológicas surgen para neutralizar la carga semántica peyorativa de ese referente tabú, y otras denominaciones parecen progresivamente tender al desuso.

Palabras-clave: tabú lingüístico; léxico histórico; cambio lingüístico; historia de la lengua; dialectología.

INTRODUÇÃO

O estudo da história de uma língua pode ser realizado sob uma variedade de vieses, a depender do ponto de vista do observador e do objetivo da investigação. Via de regra, a Linguística Histórica se ocupa da observação da mudança linguística. Segundo Labov (1994, p. 44, tradução nossa)¹, “a principal força da linguística histórica reside na sua habilidade para rastrear muitas mudanças linguísticas por longos períodos de tempo. Esta ampla perspectiva temporal serve para isolar dos historiadores as incertezas acadêmicas do presente.”, o que implica na observação da regularidade ou de sua ausência em dados muitas vezes obsoletos ou esparsos, o que dificulta o trabalho do pesquisador.

Mais além,

A linguística histórica estuda o desenvolvimento das línguas no curso do tempo e presta especial atenção aos modos através dos quais estas mudam e nas condições para tal; por isso se serve da comparação entre manifestações textuais de uma mesma variedade ou de variedades relacionadas pertencentes a épocas distintas, empreendendo a compreensão dos fatores que explicam as mudanças, sua representação e explicação de forma universal (Conde Silvestre, 2007, p. 22, tradução nossa)².

Propomos, neste trabalho, uma reconstituição histórico-dialetológica do campo semântico das relações extraconjugais e extraoficiais na história da língua portuguesa, em um intervalo de mais de sete séculos, e de pelo menos quatro fases históricas da língua

¹ “La principal fuerza de la lingüística histórica radica en su habilidad para rastrear muchos cambios lingüísticos por largos periodos de tiempo. Esta amplia perspectiva temporal sirve para aislar a los historiadores de las incertidumbres académicas del presente.” (Labov, 1994, p. 44).

² “La lingüística histórica estudia el desarrollo de las lenguas en el curso del tiempo y presta especial atención a los modos en que éstas cambian y a las condiciones de cambios; para ello se sirve de la comparación entre manifestaciones textuales de una misma o de variedades relacionadas pertenecientes a distintas épocas, persiguiendo la comprensión de los factores que explican los cambios, su representación y explicación de forma universal.” (Conde Silvestre, 2007, p. 22).

portuguesa, ancorados na periodização proposta por Lindley Cintra (*apud* Galves, 2012), que distingue entre português antigo, médio, clássico e moderno. Consideraremos, ainda, o recorte do português brasileiro, não compreendido por essa periodização.

Como objetivo geral da pesquisa, está o de contrastar a norma lexical da variedade brasileira e da variedade lusitana de língua portuguesa a partir de *corpora* historicamente constituídos, tanto de língua escrita quanto de língua falada.

Os *corpora* escritos foram coletados a partir de quatro sincronias distintas, dados provenientes do *Corpus do Português Medieval*, compreendendo dados provenientes dos séculos XIII a XV; do *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, referentes ao intervalo compreendido entre os séculos XV a XX; o banco de dados *Corpus do Português*, que compreende dados dos séculos XIX e XX; do *DHPB (Dicionário Histórico do Português do Brasil)*, cujos dados estão situados no período colonial brasileiro, entre os séculos XVI e XIX. Estes dois últimos bancos de dados coincidem em um curto espaço de tempo, mas se diferenciam quanto ao espaço de análise, já que o *Corpus do Português* trata de dados do português europeu, e o *DHPB* trata de dados do português brasileiro.

O *corpora* de língua falada é resultante da observação de dados do ALERS (Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil), coletados entre as décadas de 1980 e 1990; e do ALMS (Atlas Linguístico do Mato Grosso do Sul), cujos dados foram coletados no início dos anos 2000. Os critérios para a adoção dos *corpora* que compõem este trabalho foram, primeiramente, a temporalidade, de modo que se pudesse observar indícios das mudanças lexicais na língua portuguesa; além da espacialidade, de suma importância principalmente a partir da colonização do Brasil, que trouxe repercussões linguísticas para a história da língua portuguesa a partir da divisão entre português europeu e português brasileiro.

Para além disso, a adoção de *corpora* recentes de língua falada, com subsídio da metodologia da Geolinguística³, possibilita o registro de formas linguísticas do

³ A metodologia Geolinguística, a qual vem sendo desenvolvida desde os primórdios do século XX, tem sido cada vez mais refinada, por meio de aparatos técnicos e metodológicos. Pode-se falar em ao menos duas grandes divisões da Geolinguística: uma tradicional, ou areal, na qual se situam os *corpora* utilizados nesta pesquisa, tratando de questões como a influência da cultura e dos aspectos históricos e geográficos na linguagem regional; e outra pluridimensional, que enfoca a diversidade de dimensões sociais e geográficas na arealização das variedades linguísticas. Os estudos geolinguísticos cada vez mais servem de base para a realização de pesquisas de cunho linguístico, social, cultural e interdisciplinar, revelando dados importantes sobre a história da língua.

vocabulário popular, carregadas de espontaneidade, o que reflete muito bem a realidade linguística a partir dos recortes sociais e regionais materializados na fala dos informantes linguísticos.

Dentre nossos objetivos específicos: I) rastrear indícios de mudança linguística na difusão desse campo semântico dentro da periodização da língua portuguesa; II) verificar a influência das dimensões areal e social na difusão atual das variantes desse campo semântico em áreas linguísticas do Centro-Oeste e Sul do Brasil.

Para tanto, lançamos mão de uma metodologia ancorada nos pressupostos teóricos da Linguística de *Corpus* (Sardinha, 2004), da Dialetologia Pluridimensional (Radke; Thun, 1996), em um viés historicista. Propomo-nos a uma investigação histórico-dialetológica que explicita as diferenças entre a norma portuguesa e a norma brasileira para o campo semântico das relações extraconjugais e extraoficiais sob o crivo do tempo.

UMA BREVE INCURSÃO PELO ESTUDO DA MUDANÇA NAS LÍNGUAS

A propósito de uma subdivisão entre os estudos de cunho histórico-linguístico, Mattos e Silva (2008), retomando seus próprios estudos anteriores, explicita a existência de uma linguística histórica *stricto sensu* e uma linguística histórica *lato sensu*. Esta última é passível de outra subdivisão: I) linguística histórica sócio-histórica e linguística diacrônica associal (Mattos e Silva, 2008, p. 9).

Esta investigação se propõe a realizar uma descrição sócio-histórica de alguns estados pretéritos e atuais de língua, recortando duas normas regionais distintas⁴, a lusitana e a brasileira. Por investigação sócio-histórica, compreende Mattos e Silva (2008, p. 9) que se trata de considerar:

fatores extralinguísticos ou sociais, também fatores intralinguísticos, como a sócio-história proposta por Romaine (1985) e as sociolinguísticas, que tratam da mudança linguística, como é o caso da teoria laboviana da variação e da mudança (Mattos e Silva, 2008, p. 9).

⁴ O conceito de norma lexical está bem descrito em Biderman (2001, *apud* Isquierdo, 2008). A autora distingue entre uma norma de cunho geral, macroespacial, que pode ser subdividida em normas regionais, representantes de um mesoespaço. A nível microespacial, ainda é possível que observemos as normas locais.

No estudo da mudança linguística, há que se distinguir entre a natureza da fonte oral e a da escrita. De acordo com Conde Silvestre (2007, p. 43, tradução nossa),

a comunicação oral se desenvolve em uma dimensão temporal, é dinâmica e efêmera, e requer a presença dos participantes na interação comunicativa; já a comunicação escrita se manifesta no espaço, de forma estática e permanente, e costuma ser produzida quando o emissor não está em contato direto com o receptor (Conde Silvestre, 2007, p. 43, tradução nossa)⁵.

É importante relacionar a diversidade das fontes no trabalho de cunho histórico-linguístico, pois as condições de produção são distintas, e isso também pode afetar o resultado final de nossas análises. Para esse trabalho, consideraremos *corpora* resultantes de fontes escritas desde o português antigo, ou medieval, até o português moderno. Também serão arrolados *corpora* de língua falada, a partir de mapeamentos dialetológicos feitos no Brasil mais recentemente. Para melhor compreensão, organizamos o esquema metodológico do trabalho no quadro seguinte:

Quadro 1: Descrição metodológica desta pesquisa.

| Bases metodológicas da investigação: | Cronologia abarcada | Fontes escritas | Fontes orais |
|--|----------------------------|---|---------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> • Linguística Histórica • Linguística de Corpus | Séculos XIII a XV | <ul style="list-style-type: none"> • Corpus Informatizado do Português Medieval. | _____ |
| | Séculos XVI a XX | <ul style="list-style-type: none"> • DHPB (Dicionário Histórico do Português do Brasil – até o século XIX). • Arquivo Nacional da | _____ |

⁵ “la comunicación oral se desarrolla en una dimensión temporal, es dinámica y efímera, y requiere la presencia de los participantes en el intercambio comunicativo; frente a ella, la comunicación escrita se manifiesta en el espacio, de forma estática y permanente, y suele producirse cuando el emisor no está en contacto directo con el receptor.” (Conde Silvestre, 2007, p. 43).

| | | | |
|--|------------------|-----------------------|---|
| | | Torre do Tombo. | |
| | Séculos XIX a XX | • Corpus do Português | • ALERS (Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil – somente século XX) |
| | Século XXI | _____ | • ALMS (Atlas Linguístico do Mato Grosso do Sul) |

Fonte: Elaboração do próprio autor.

Por conta da lida com temporalidades muito distantes da nossa, e pela probabilidade de incorrerem no anacronismo, todo cuidado é pouco na investigação histórico-linguística, já que “podemos conceber, então, a Linguística Histórica como a arte de fazer o melhor uso possível de maus dados.”⁶ (Labov, 1994, p. 45, tradução nossa). Nesta pesquisa, esse postulado foi adotado, de modo que evitou-se qualquer manifestação de juízo de valor possível de influenciar a perspectiva de análise desenvolvida. É necessária uma postura objetiva e empiricamente orientada por parte do pesquisador de Linguística Histórica e História da Língua, pois nem sempre os dados refletem fidedignamente a realidade da época. O que se tem por meio dos registros mais antigos são recortes que, unidos à análise histórica, social e cultural, fornecem bases para uma análise do contexto histórico-linguístico do período, conforme já relatado por diversos pesquisadores da área, como Labov (1982 *apud* Mattos e Silva, 2008), que ressalta a importância de transformar dados muitas vezes fragmentários, por conta de questões atinentes à conservação temporal das fontes históricas, em ferramentas de pesquisa científica.

⁶ “Puede entonces concebirse la lingüística histórica como el arte de hacer mejor uso posible de datos deficientes.” (Labov, 1995, p. 45).

Os pressupostos da Sociolinguística Variacionista (Weinreich, Labov, Herzog, 1968) e da Dialetoлогия Pluridimensional (Radke; Thun, 1996) também auxiliam na compreensão dos fenômenos de mudança linguística em perspectiva sócio histórica, ao passo que, através da quantificação dos dados e cruzamento das variáveis sociais, no primeira disciplina; e, da disposição dos dados coletados oralmente em cartas linguísticas e verificação da influência das dimensões areais e sociais no recorte de variação, na segunda disciplina, permitem a visualização das tendências de mudanças linguísticas em curso.

REIVINDICANDO O LUGAR DOS ITENS LEXICAIS TABUÍSTICOS NOS ESTUDOS DE CUNHO HISTÓRICO-LINGUÍSTICO

O léxico é, por excelência, uma classe aberta, moldada a partir das necessidades extralinguísticas do falante, e da própria comunidade de fala. O curso que as palavras seguem tem muito a ver com o curso da história e da estratificação político-cultural das sociedades. Dentre os mais diversos tipos de vocábulos que se inserem em nosso acervo mental, um dos mais significativos tende a ser o léxico tabu.

De acordo com Guérios (1979, p. 3), trata-se o tabu de “Um ato ou fato que dá prazer, realiza-se simultaneamente com outro, que causa temor.”, o que implica um significado paradoxal. Ao mesmo tempo que se tem receio em proferir uma palavra por esta evocar certa magia, superstição ou falta do decoro, a transgressão nos traz certo prazer por quebrar com a norma comportamental ditada por uma minoria e seguida à risca pelo coletivo. Na visão de Augras (1989), o tabu se configura enquanto mecanismo de controle social. A questão central a ser pensada na compreensão desse tipo de vocábulo é quem fala o quê e para quem? As sanções por proferir determinada palavra existem tanto nas sociedades orientais quanto nas ocidentais. Existem tabus em nomes de pessoas, de parentes, de autoridades, de mortos, de animais, de nomes religiosos, até mesmo de membros do corpo humano, lugares, doenças e defeitos físicos (Guérios, 1979).

Além disso, a característica central do item lexical tabuístico é o seu caráter circunstancial. O tabu, assim como o léxico, existe no tempo e no espaço, e por isso o que

pode ser compreendido como transgressão para determinado grupo social pode não o ser para outro.

Ao tratar da mudança no sentido das palavras, Ullmann (1964) considera o tabu linguístico como sendo uma causa psicológica da mudança, já que “acarretará muitas vezes um ajustamento no significado do substituto, e, deste modo, o tabu é uma causa importante de mudanças semânticas.” (Ullmann, 1964, p. 426).

O autor também faz distinção entre tabus de medo, relacionados ao medo de proferir palavras que remontem ao sobrenatural; tabus de delicadeza, pois é parte de “uma tendência humana geral o evitar a referência directa a assuntos desagradáveis.” (Ullmann, 1964, p. 429); e os tabus de decência, aqueles que remetem ao sexo, às partes pudendas do corpo humano e a certos juramentos.

Em nosso estudo, consideramos o campo semântico das relações extraconjugais e extraoficiais como pertencente ao grupo dos tabus linguísticos de decência, pautando-se nas divisões metodológicas⁷ já propostas anteriormente para os estudos dos itens lexicais tabuísticos. Na verdade, há de se levar em conta que “o povo atribui valores éticos aos vocábulos e que esses valores só se alteram em função da alteração dos próprios costumes.” (Preti, 1984, p. 62). Apesar das variantes arroladas para designar esse referente, considera-se, por exemplo, que “A mulher que vive com um homem, não sendo casada com ele, é designada eufemisticamente por um termo erudito. Chama-se-lhe *concubina*.” (Kroll, 1984, p. 98). Os termos eruditos são um dos recursos de substituição para o tabu linguístico explicitados por Guérios (1979).

Esses metalexismos podem ser desde mecanismos gestuais, passando por sinônimos, expressões genéricas, estrangeirismos, hipocorísticos, disfemismos, cruzamentos vocabulares, expressão do diminutivo, deformação fonética, mudança na ordem sintática, pluralização, neutralização do gênero do referente, pronúncia em voz baixa, termos científicos ou eruditos, arcaísmos, onomatopeias, vocábulos infantis, interpretações vocabulares, até o uso de formas primitivas, derivados, compostos e

⁷ Silva Correia (1927, *apud* Guérios, 1979) traz, dentre as classificações que propõe para os tabus linguísticos, os eufemismos de decência e pudor; Carnoy (1927, *apud* Guérios, 1979) já delimita muito bem a distinção entre tabus morais ou sociais e tabus supersticiosos; Ullmann (1952, *apud* Guérios, 1979) traz à tona os tabus de decência; Kany (1960, *apud* Guérios, 1979) também remete a interdição sexual, interdição social e interdição de decência em sua obra. Kroll (1984), em obra sobre os eufemismos e disfemismos no português moderno, enquadra as práticas do concubinato como um tabu de decência.

denominações afetuosas. No campo semântico, o autor ressalta a importância de recursos de substituição como a metáfora, a metonímia, a alegoria, a antífrase, o trocadilho e a própria etimologia popular (Guérios, 1979).

Os vocábulos que analisaremos, com ênfase, nesse recorte de pesquisa, são: *amancebado(a)*, *amásio(a)*, *amasiado(a)*, *amigo(a)*, *amigado(a)*, *concubino(a)* e *mancebo(a)*. A escolha dessas variantes se deu a partir da busca e da relação feita com o campo semântico das relações extraconjugais e extraoficiais no Dicionário de palavrão e termos afins (Souto Maior, 1980).

Kroll (1984) menciona, ainda, que *estar em companhia* e *juntar-se* podem ser configurados como eufemismos substitutivos para o referente tabuízado. *Amiga* e *amante* se configuram, na perspectiva do autor, mais modernamente, enquanto disfemismos que precisam de um substituto neutralizador da carga semântica pejorativa. *Amásia*, por sua vez, tida como latinismo pelo autor, também possui sentido pejorativo. Ressalta-se também que “menos frequentes são *barregã* [...] e *manceba* que se desligou completamente de *mancebo*. *Estar amancebado* significa *viver em concubinato*.” (Kroll, 1984, p. 98).

A importância do estudo do tabu linguístico é vital para a compreensão das próprias configurações socioculturais de determinada época, se tomarmos a perspectiva do léxico enquanto testemunha de uma cultura (Biderman, 1992). No caso específico dos vocábulos que se referem ao comportamento amoroso, “essa idéia conduz a um processo de moralização das relações sexuais, que passam a ser aceitas como normais, apenas quando se confinam à vida conjugal” (Preti, 1984, p. 34). Novamente, há de se perceber o impacto que as normas socioculturais exercem sobre a norma lexical.

Na visão deste último teórico, o léxico é

constituído pelo conjunto de palavras memorizadas por uma comunidade, através de sua existência e, por isso, passa a ser expressão da própria história dessa comunidade, de sua estrutura e ideologia, das normas sociais que a regem (Preti, 1984, p. 59).

Não se pode dissociar, desse modo, o léxico da própria história da língua. Se este acervo cultural e mental é marca e reflexo da história da comunidade de fala, é necessário o intenso estudo dos mais diversos tipos de lexemas em uso, para que se possa descrever não só a história de um estado de língua ou dos mais diversos estados que compõem a

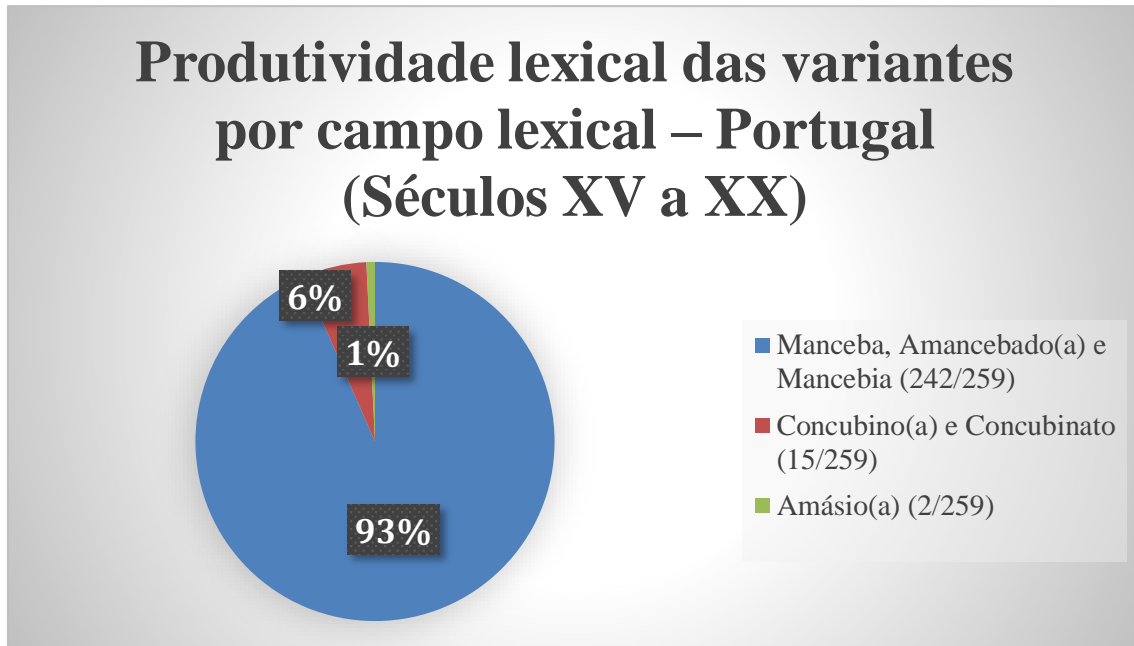
língua, mas para que possamos compreender a própria mudança no trato social e nas relações de poder e dominação, sendo que estes constructos muitas vezes possuem interdição social que pode estar historicamente explicada através do caminho das palavras.

PRESENÇA DAS DESIGNAÇÕES PARA O CAMPO SEMÂNTICO DAS RELAÇÕES EXTRAONJUGAIS E EXTRAOFICIAIS EM PORTUGAL E NO BRASIL: UM CONFRONTO POSSÍVEL A PARTIR DE *CORPORA* ESCRITOS E HISTORICAMENTE CONSTITUÍDOS

O campo semântico das relações extraconjugais e extraoficiais, na história da língua portuguesa, é datado desde o século XIII, de acordo com Cunha (2010), em seu dicionário etimológico, quando começam a coexistir na língua as variantes *amigo* e *concupino*. Nascentes (1966) chama atenção para a etimologia da primeira variante, que segundo o etimólogo, já possui o significado pejorativo desde os tempos da língua latina, em sentido vulgar.

Consultando-se as designações para esse campo semântico presentes no *corpus* Arquivo Nacional da Torre do Tombo, a partir de dados que remontam aos séculos XV a XX, há de se perceber, conforme disposto no gráfico seguinte, que foi elaborado por meio da quantificação do número de ocorrências de cada unidade lexical sobre o total das unidades lexicais em análise neste *corpus*. Para facilitar o processo de análise dos dados, os itens lexicais foram agrupados da seguinte forma: I) mancebo(a), amancebado(a) e palavras relacionadas à mancebia; II) concubino(a) e palavras relacionadas a concubinato; III) amásio(a).

Gráfico 01: Produtividade lexical das variantes na norma portuguesa (dados do século XV ao XX)



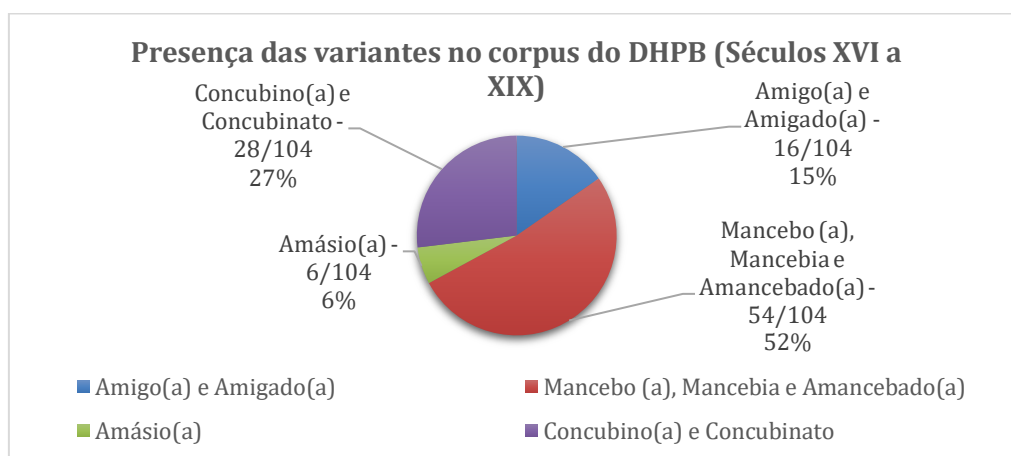
Fonte: Elaboração do autor, com base nos dados do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

A norma lexical regional portuguesa, se tomarmos como parâmetro a quantificação desses dados, pende muito mais para os designativos pertencentes ao campo lexical da *mancebia*, com 93% de produtividade lexical, ante 6% do campo lexical do *concubinato*. Já a variante *amásio* é documentada com apenas 1% de produtividade lexical, aparecendo nos primeiros documentos somente nos idos do século XIX.

Se tomarmos por base a proposta de periodização da língua portuguesa de Lindley Cintra (*apud* Galves, 2012), *manceba* é registrada pela primeira vez nessa fonte histórica ainda no português antigo, por volta de 1356, o que coaduna o enquadre etimológico proposto por Cunha (2010), ressaltando-se que o etimólogo data a variante do século XIII, ao passo que na fonte histórica consultada, a designação só é registrada no século XIV. O correspondente participial *amancebada* passa a ser documentado já no português médio, nos idos de 1462. *Concubina*, por sua vez, é registrada pela primeira ocasião no século XVIII, em 1731, fase tida por Lindley Cintra enquanto português europeu moderno. *Amásia*, da mesma forma, só é datada no português moderno, em 1816, o que pode ser uma explicação para seus baixos índices de ocorrência neste *corpus*, que data do século XV ao século XX.

Se tomarmos por base outros *corpora*, em contraste com este, os dados podem ser ainda mais reveladores. A norma lexical regional brasileira do período colonial pode ser descrita a partir do *corpus* Dicionário Histórico do Português do Brasil [DHPB] (Biderman; Murakawa, 2021), um importante banco de dados recentemente lançado, após mais de dez anos de vastas pesquisas envolvendo fontes fidedignas representativas de um período que abarca do século XVI ao início do século XIX, até 1808. Observamos, primeiramente, a presença das unidades lexicais *concupino(a)*, *concupinato*, *amásio(a)*, *amigo(a)*, *amigado(a)*, *mancebo(a)*, *mancebia* e *amancebado(a)* neste *corpus*, analisando as suas definições e exemplificações, de modo a certificar-se da acepção compatível com o significado buscado. Depois, quantificamos a frequência de cada unidade lexical sobre o número de ocorrências de todas as unidades lexicais do campo semântico das relações extraconjugais e extraoficiais arroladas nesse recorte. O próprio site do DHPB facilita a observação dos dados, visto que na aba *acesso ao corpus*, traz detalhada a frequência de cada item lexical solicitado na página de buscas. O DHPB ainda oferece a opção de comparar por século o número de ocorrências de cada unidade lexical. Neste recorte de pesquisa, não se faz possível essa análise mais detalhada por século, devido à extensão limitada da pesquisa, de modo que isso poderá ser observado com mais detalhamento em pesquisas futuras. Fazendo o recorte previsto para esta investigação, cotejamos as variantes registradas no português brasileiro colonial para o campo semântico das relações extraconjugais e extraoficiais, resultando na seguinte distribuição lexical:

Gráfico 02: Presença das variantes no *corpus* do Dicionário Histórico do Português do Brasil (Séculos XVI a XIX).



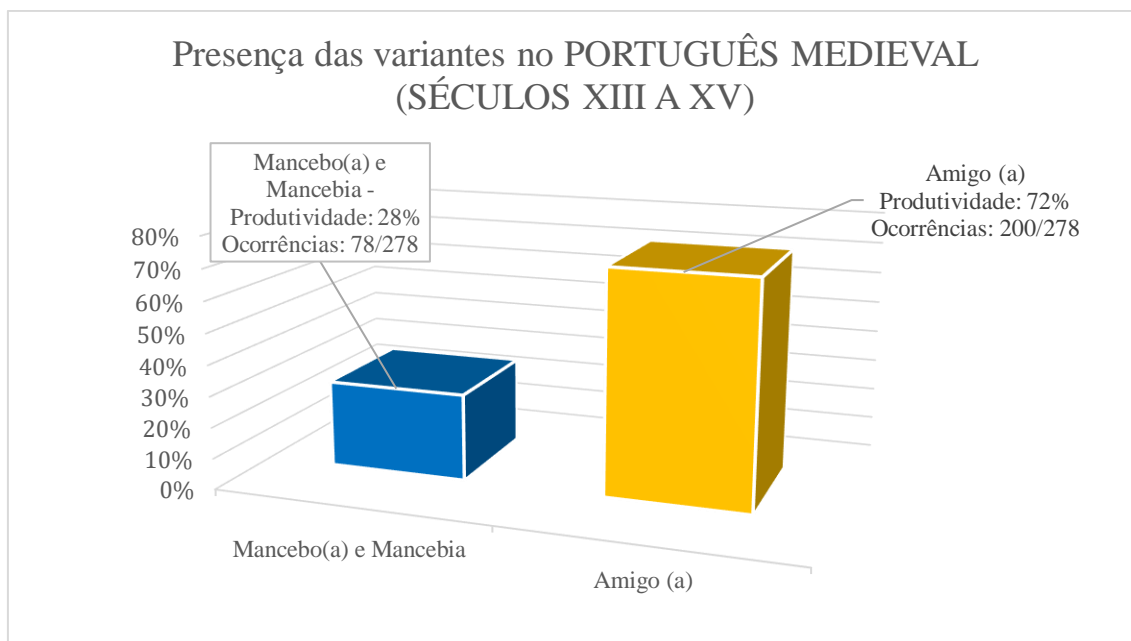
Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados do DHPB.

Amigo não foi variante registrada nesse *corpus* para o referente em questão. De um total de 789 ocorrências para *amigo*, nenhuma se refere, especificamente, à relação extraconjugal. Aparecem 34 ocorrências no século XVIII na obra “Eclogas”, de Claudio Manuel da Costa, como forma através da qual o eu-lírico feminino se dirige ao amado, em um tom lírico e ingênuo que pouco tem a ver com o referente que buscamos em contexto, e lembrando bastante as cantigas trovadorescas. Já *amiga* aparece no contexto pejorativo em 13 ocorrências, de um total de 38. A variante *amigado* aparece, no período colonial, em três textos de Padre Antônio Vieira, de nacionalidade portuguesa, porém em textos produzidos em solo brasileiro. Seria uma adaptação do que Galves (2007) denomina língua das caravelas que aqui chegou no século XVI, mesclado às línguas autóctones alóctones?

Esta é uma hipótese viável, porém no contexto de nossa análise, a variante *amigado* não parece ser uma designação que prontamente aporta em solo brasileiro durante o período colonial, vinda diretamente das caravelas de um português médio, como é a tese defendida por Galves (2007). Pelo contrário, a variante participial de *amigo* sequer é mencionada nos manuscritos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, o que pode ser uma forte indicação de sua original brasilidade.

Acreditamos que a variante *amigo*, fortemente presente no imaginário do português antigo ou medieval, pode ter sido adaptada para a forma participial como uma marca distintiva do contato linguístico entre a variedade lusitana e a variedade brasileira, mescla de línguas alóctones – cujo maior representante do período é o povo africano – e de línguas autóctones – representadas pela diversidade de grupos nativos que aqui se encontravam quando aportaram os portugueses. O gráfico a seguir ilustra a frequência de uso das variantes arroladas no português medieval. Para a sua produção, foi analisado o número de ocorrências de cada unidade lexical, por meio de dois agrupamentos, *mancebo(a)* e *amigo(a)*, únicos grupos de itens lexicais deste recorte de pesquisa presentes nessa amostra histórica. Quantificou-se o número de ocorrências de cada agrupamento sobre o total das ocorrências dos dois agrupamentos. Há de se perceber que nesse *corpus*, somente foram registradas as duas variantes mais etimologicamente conservadoras, segundo a concepção de Cunha (2010):

Gráfico 03: Presença das variantes no *Corpus do Português Medieval*.



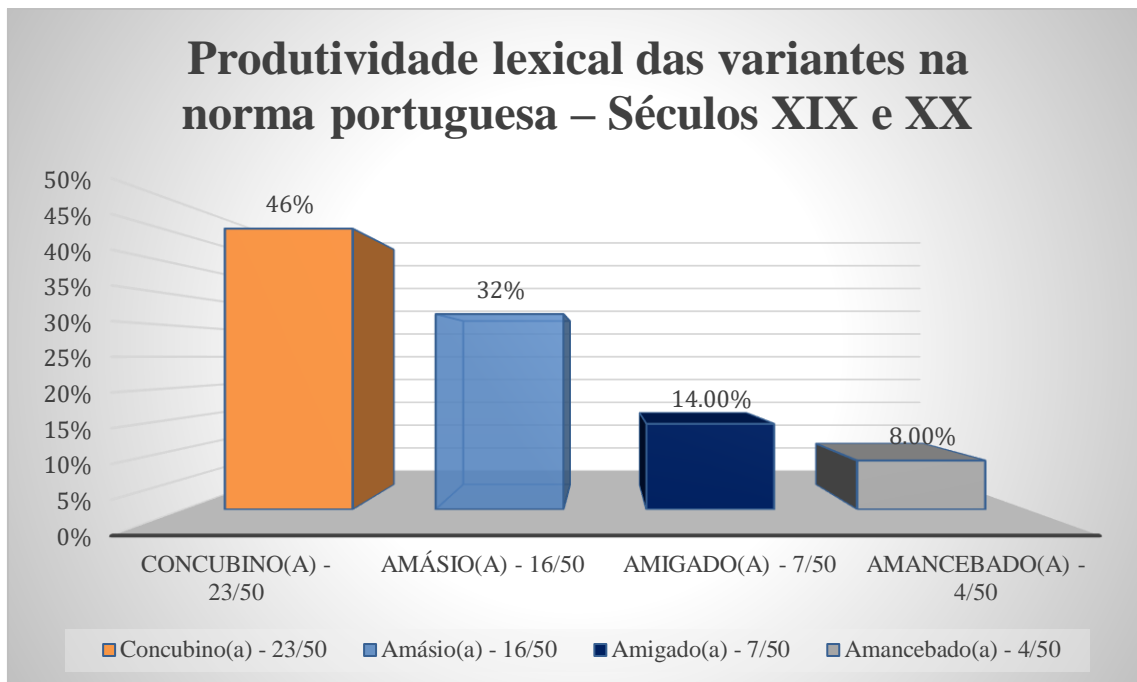
Fonte: Elaboração do autor, com base nos dados do *Corpus do Português Medieval*.

Partindo da observação desses dados, defendemos a tese de que *amigado*, variante registrada originalmente na norma lexical regional brasileira, especificamente em terras baianas, no século XVIII, é adaptação do item lexical *amigo*, como traço distintivo da identidade brasileira no período, o que pode ser corroborado pela ausência dessa designação nos Arquivo Nacional da Torre do Tombo, que datam da cronologia compreendida entre os séculos XV e XX.

Em termos de frequência de uso, depois de *mancebia* e seus correlatos, *concupinato* é o segundo campo lexical mais recorrente na designação do referente-tabu em questão na cena colonial brasileira. *Amigado*, proveniente da variante mais etimologicamente conservadora, está em terceiro plano. A variante mais inovadora etimologicamente, *amásio*, é pouco difundida no português colonial brasileiro, assim como o é na norma lexical portuguesa do período.

A próxima etapa desta análise é a observação contrastiva da norma lexical portuguesa em confronto com a brasileira, a partir de dados do *Corpus do Português*, que lida com dados dos séculos XIX e XX, o que pode ser configurado enquanto português moderno, na visão de Lindley Cintra (*apud* GALVES, 2012). Os dados da norma regional portuguesa no período em questão podem ser verificados no gráfico a seguir:

Gráfico 04: Produtividade lexical das variantes no português europeu moderno (séculos XIX e XX)



Fonte: Elaboração do autor, com base em dados do banco de dados *Corpus* do Português.

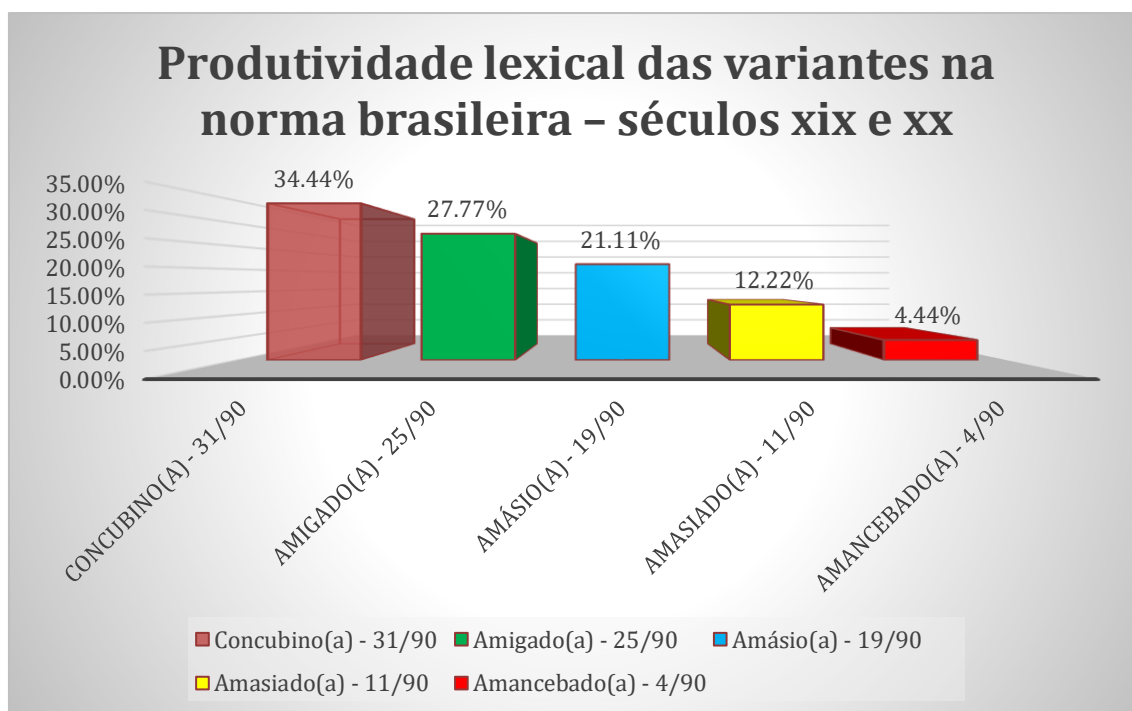
As variantes que imperam na norma regional portuguesa mais recentemente parecem ser aquelas associadas ao campo lexical do *concubinato*, o que, se confrontado aos dados da sincronia portuguesa anterior, pode nos revelar um indício de mudança linguística em tempo real, já que o campo lexical predominante em Portugal na sincronia compreendida entre os séculos XV e XX, anteriormente, era o da *mancebia*. É interessante o fato de *mancebo(a)* sequer figurarem entre o rol das variantes cotejadas nesse banco de dados, mais contemporâneo. A variante participial *amancebado(a)* aparece no *corpus*, porém com uma frequência de uso baixa, é a designação menos incorporada nos textos portugueses mais recentes.

Outro movimento que reflete a inovação é o aumento na frequência de uso de *amásio(a)*, variante que, por ser mais recente, era a menos utilizada em Portugal na sincronia anterior. Em dados restritos aos séculos XIX e XX, é a segunda variante mais utilizada nessa norma regional. *Amigado(a)*, por sua vez, é caso bastante peculiar, já que foi registrado primeiramente na norma regional brasileira do século XVIII, mas na voz de um português radicado no Brasil, o Padre Antônio Vieira. Na sincronia mais recente, essa variante parece tomar corpo na norma regional portuguesa, com 14% de

produtividade lexical, ultrapassando, inclusive, a variante do campo lexical anteriormente predominante na norma portuguesa, *amancebado(a)*.

Confrontando-se os dados de textos escritos da norma portuguesa com a norma brasileira mais recente, para o campo semântico das relações extraconjugais e extraoficiais, podemos extrair algumas conclusões interessantes:

Gráfico 05: Produtividade lexical das variantes no português brasileiro contemporâneo (séculos XIX e XX)



Fonte: Elaboração do autor, com base em dados do banco de dados *Corpus* do Português.

A norma brasileira posta em contraste com a portuguesa nessa sincronia revela certo grau de homogeneidade, pois a variante *concupino(a)* também é a preponderante no universo lexical brasileiro mais recentemente, tomando por base *corpora* escritos. Todavia, *amigado(a)*, variante que, nesse estudo, mostra-se muito mais atrelada à norma lexical brasileira, aparece com maior frequência nos dados coletados de textos brasileiros. Em Portugal, a variante possui praticamente metade da frequência de uso se contrastada com seu uso no Brasil, na mesma época.

Amásio(a) aparece com percentual mais recorrente na norma lexical portuguesa do que na brasileira, porém a variante *amasiado(a)*, forma participial da primeira, não é documentada na norma lexical portuguesa. Novamente, parece tomar forma uma

tendência. Designações atreladas ao universo lexical brasileiro demonstram ser mais suscetíveis à utilização do particípio como uma forma de adaptação da matriz linguística. Ora, se compreendermos de outro ponto de vista, o percentual de *amásio(a)* e *amasiado(a)*, juntos, na norma lexical brasileira, corresponderiam a 33,33% da produtividade lexical das variantes, sendo mais recorrentes, juntas, que a variante *amigado(a)* no período em questão, o que retrataria uma correspondência parcial com a norma lexical portuguesa, salvaguardada a ausência da forma participial em Portugal.

Amancebado(a), por sua vez, parece seguir, no Brasil, a tendência ao desuso, assim como os dados mostraram ocorrer na norma regional portuguesa. Aparentemente, a forma participial de *mancebo(a)*, o único particípio vinculado à norma portuguesa, ainda no século XV, vem ocorrendo cada vez menos nessas variedades de língua portuguesa, o que pode confirmar a sua progressiva tendência ao desaparecimento. A matriz linguística *mancebo(a)*, fortemente difundida no português colonial brasileiro, também já não aparece mais nos dados recentes da norma regional brasileira.

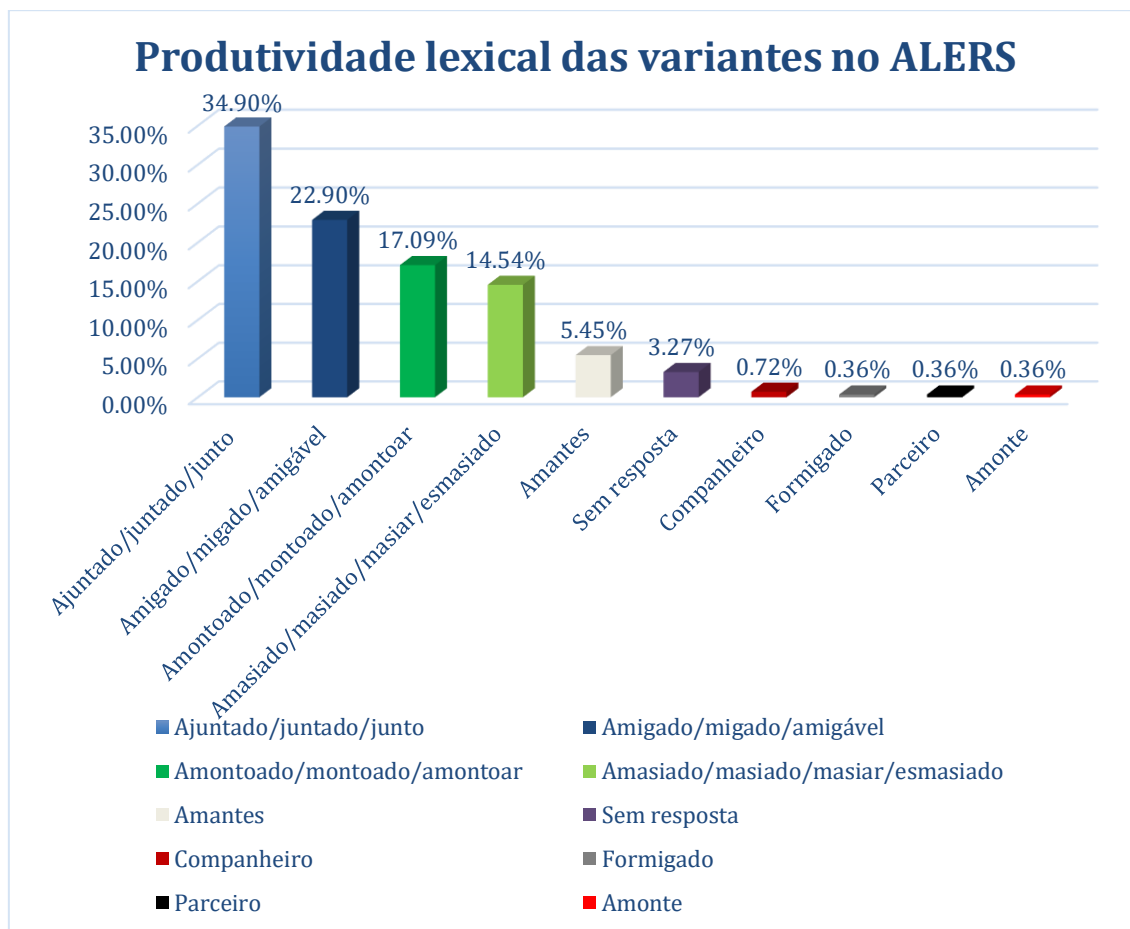
Como os dados de *corpora* históricos, especialmente os escritos, de acordo com Labov (1994), necessitam de certa reticência na observação, complementaremos a análise com dados representativos da língua falada no Brasil, na expectativa de que possam fornecer maior fidedignidade aos dados já analisados das sincronias pretéritas. Nesse sentido, a segunda seção dessa análise será realizada sob um viés geossociolinguístico, ou mais especificamente, histórico-dialetológico.

PRESENÇA DAS DESIGNAÇÕES PARA O CAMPO SEMÂNTICO DAS RELAÇÕES EXTRACONJUGAIS E EXTRAOFICIAIS EM DOIS ATLAS LINGUÍSTICOS BRASILEIROS: ALGUMAS REVELAÇÕES GEOSOCIOLINGUÍSTICAS E SÓCIO HISTÓRICAS

Dentre os mais de 644 itens lexicais previstos no questionário semântico-lexical do ALERS (Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul), a QSL 463 “Quando um homem e uma mulher vivem juntos sem serem casados, eles são o quê?” (Altenhofen *et al.*, 2011, p. 49) denota particularidades culturais e reflexos histórico-sociais

proeminentes na língua falada na região sul do Brasil. Estes são dados coletados entre fins da década de 1980 e começo dos anos 1990, com o subsídio da metodologia da Dialetologia Monodimensional ou Tradicional e da Geolinguística. Considerando-se a produtividade lexical geral das variantes no Sul do Brasil, no fim do século XX, em *corpus* de língua falada em uso, temos a seguinte distribuição percentual:

Gráfico 06: Produtividade lexical das variantes nos dados do ALERS.



Fonte: Elaboração do autor, com base nos dados do ALERS (2011, p. 650-651).

A presença maciça do grupo de variantes derivadas de *ajuntado* pode ser indício de uma mudança em curso na norma do PB, se pensarmos que o grupo de variantes *mancebo(a)/amancebado(a)* era o dominante nesta norma durante o período colonial, a exemplo da norma lexical do PE.

Um dado interessante é a ausência completa do campo lexical da *mancebia* nos dados do ALERS, referentes ao PB mais recente. Em que momento da história do PB, entre 1808 e a década de 1980, essa variante teria deixado de ser amplamente utilizada

para tender ao progressivo desaparecimento? Uma pergunta que pode ser respondida a partir de futuros estudos sob o crivo da Sociolinguística Histórica, envolvendo mudança linguística em tempo real de longa duração.

A variante *amigado(a)*, presente desde o início da formação da língua portuguesa, sob a forma de *amigo*, em dados do português antigo, já no século XIII, é amplamente difundida (a segunda mais produtiva) no PB mais recente, com uma frequência de uso maior (22,90 para 15) do que quando fora utilizada no português do Brasil Colônia. Nos dados de Portugal, entre os séculos XV a XX, a variante não aparece com o significado que buscamos. Seguindo a tese de Mattos e Silva (2009), sobre fatos pancrônicos em língua portuguesa, podemos pensar a presença dessa variante no PB como um comprovado resquício de obsolescência, levando-se em consideração que os dados do ALERS são provenientes, majoritariamente, do português rural. Isso é reflexo de um fenômeno muito descrito por Bybee (2020), quando a autora afirma que, sobre as unidades lexicais:

nem sempre elas desaparecem por completo da língua. Palavras obsoletas ou partes dela foram o léxico e podem ser encontradas em remotos cantos empoeirados, trancadas dentro de outras palavras ou usos formulaicos (Bybee, 2020, p. 355).

Este é o caso da variante participial *amigado(a)*, que decorrendo da variante etimologicamente mais conservadora, sobrevive até os dias atuais, pelo menos em grande escala, na Região Sul do Brasil. Um exemplo prático de como as unidades lexicais são entes circunstanciais, que podem, metaforicamente, “viajar” no tempo e no espaço, sendo significados e ressignificados por outrem nos usos linguísticos cotidianos. Isso é o que bem afirma Isquierdo (2009), ao detalhar que o caminho do homem muitas vezes pode ser traduzido pelo caminho das palavras:

O léxico é o nível da língua que melhor evidencia as pegadas do homem na sua trajetória histórica. É por meio dele que o homem nomeia o espaço que o circunda e consubstancia a sua visão de mundo acerca da sociedade. Nessa perspectiva, as migrações do homem se traduzem também em migrações de palavras que ora se fixam na fala de determinados grupos sociais, ora são substituídas por outras que melhor traduzam a realidade sociocultural desses grupos (Isquierdo, 2009, p. 43).

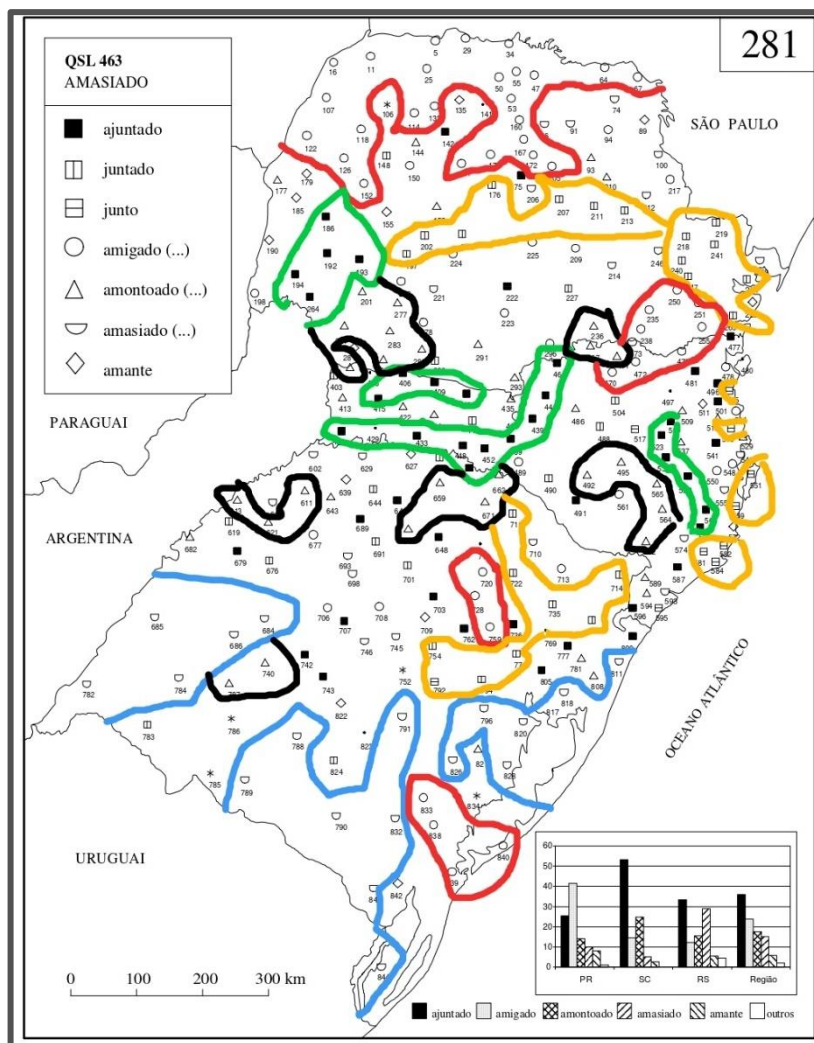
Também é interessante a frequência relativamente alta do grupo de variantes *amontoado* para designar o referente. Este pode ser um item lexical neológico, por processo de neologia semântica (Alves, 1990). Mas também pode ser pensado enquanto um termo geral/genérico para designar o referente, que possui caráter pejorativo, referindo-se a um conceito socialmente interdito, tabuízado. Segundo Guérios (1979), o termo genérico é um dos recursos mais significativos utilizados para encobrir o significado pejorativo dos tabus linguísticos.

Amásio é a variante mais inovadora para o referente, em termos etimológicos, datando do século XIX nos *corpora* investigados. Possui baixa frequência nos dados do PB (Séculos XVI a XX) e do PE (Séculos XV a XX). Nos dados do ALERS, está com 14% de produtividade lexical, principalmente através da forma participial apocopada *masiado(a)*, que não aparece nos *corpora* históricos investigados.

Outros recursos de substituição (Guérios, 1979) são utilizados neste recorte, para além dos arcaísmos, ou em nossa interpretação, formas obsoletas, como *amigado* e *amasiado*; e das formações semanticamente neológicas, ou expressões genéricas, tais como *amontoado* e *ajuntado*. São apresentadas também, em menor escala, novas variantes, como *amante*, *companheiro* e *parceiro*, expressões genéricas por processo de neologia semântica; *amonte*, uma aparente deformação fonética de *amonte*, e *formigado*, que pode ser compreendido enquanto uma formação neológica sintagmática disfêmica, de valor pejorativo.

Vejamos o que nos mostra a carta linguística produzida pela equipe deste projeto para essa questão semântico-lexical:

Figura 01: Arealização⁸ das variantes para “Quando um homem e uma mulher vivem juntos sem serem casados, eles são o quê?” nos dados do ALERS.



Fonte: Adaptado de Altenhofen (2011, p. 651).

A arealização – distribuição espacial – das variantes presentes no ALERS revela que é possível traçar isoléxicas (áreas lexicais). A primeira delas pode ser percebida a partir de três grandes áreas bem demarcadas no extremo sul do Rio Grande do Sul, tanto na faixa litorânea quanto na região de fronteira com países hispano falantes, em que impera a variante *amasiado*, em azul claro. De acordo com Altenhofen (2002, p. 128),

⁸ Termo amplamente difundido nos estudos geolinguísticos e dialetais, para designar a área ocupada por uma variante ou por um grupo de variantes linguísticas no espaço regional. Muito utilizado nos estudos de Altenhofen (2002) sobre áreas linguísticas na região Sul do Brasil, além dos escritos basilares de Bellmann (1996), sobre a influência da arealidade e da socialidade nos estudos linguísticos de base dialertal.

essa região que compreende a fronteira do Uruguai com o Rio Grande do Sul apresenta “uma série de hispanismos antigos que poderíamos caracterizar como formas de relicto (*Reliktform*), por terem sobrevivido à dominação posterior do português.”. O **DRAE (Diccionario de la Real Academia Española)** registra a variante *amasiato* como sendo amplamente difundida no México e no Peru atualmente, como forma derivada de *amasio*, com o significado de concubinato. O mesmo dicionário registra *amasio* como derivada do latim *amasius*, com o significado de *querido*. Pode-se pensar na hipótese de um processo de neologia semântica advindo do latim para o espanhol, que teria originado *amasius* > *amasio* > *amasiato*. É provável que esta última variante tenha sido um empréstimo para o português com a sonorização da consoante surda *-t* para *-d*. Essa hipótese poderia justificar a presença maciça da variante *amasiado* na região da fronteira lateral sul-rio-grandense com os países hispanofalantes, Argentina e Uruguai.

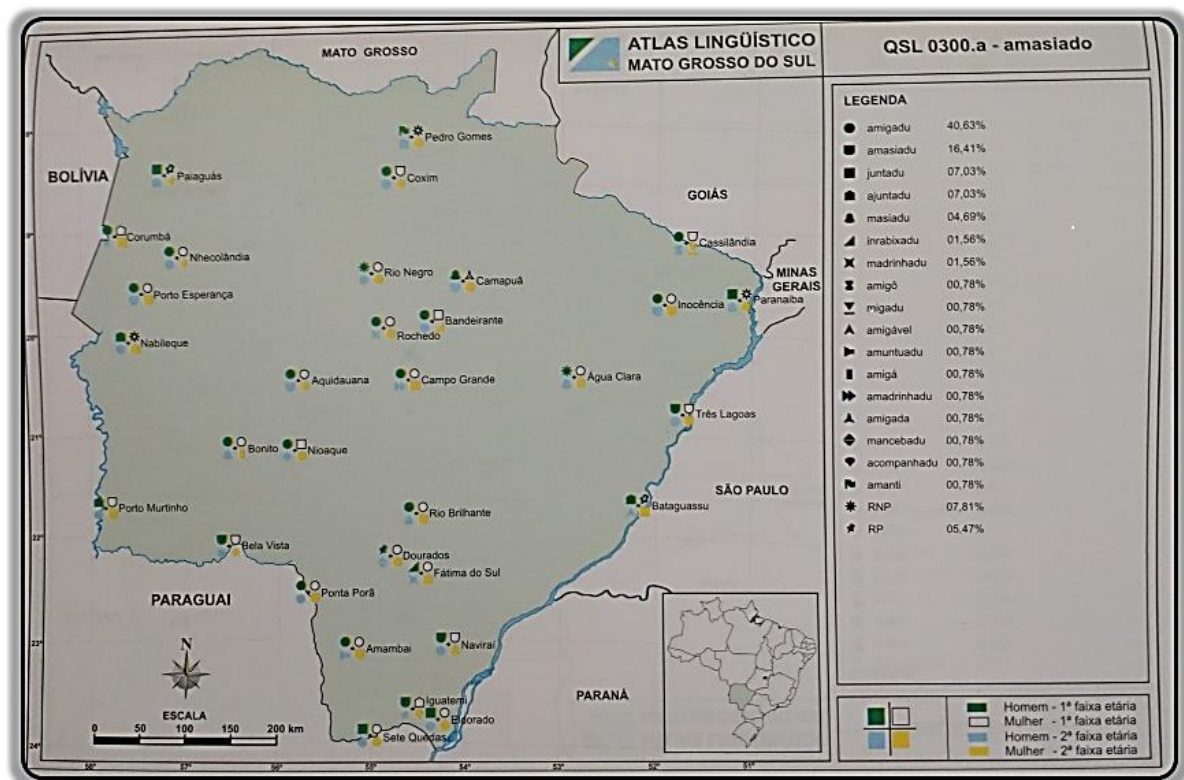
Amontoado, circulada em preto no mapa, variante aparentemente inovadora, e possivelmente de formação neológica, aparece, sobremaneira, no que Koch (2000, *apud* Altenhofen, 2002) denomina região do leque catarinense, área de transição entre um falar de influência paulista e outro de influência sul-rio-grandense. Também é registrada no norte e noroeste do Rio Grande do Sul. Outro aspecto variacional interessante é a presença da variante *ajuntado*, circulado em verde-claro no mapa, predominando na região de Santa Catarina, especialmente no Oeste e no Noroeste Catarinense. *Juntado/junto*, circuladas em alaranjado na carta linguística, são formas que podem ser agrupadas como formas derivadas de *ajuntado*, podem ser encontradas especialmente no centro do Paraná, e na região do litoral catarinense, especialmente no sudeste catarinense, de formação linguístico-cultural açoriana (Altenhofen, 2002, p. 127-128).

Há uma isoléxica bastante demarcada no norte do Paraná, onde é majoritária a variante *amigado(a)*. Desse modo, é natural pensar na hipótese de que, por ser *amigado* proveniente da variante mais conservadora em termos etimológicos, presente já no português antigo, o português popular brasileiro, especialmente em áreas rurais, conserva traços linguísticos de um português arcaico, através de transmissão irregular (Lucchesi, 2001). Várias são as hipóteses que colocam a formação do assim chamado “dialeto caipira” (Amaral, 1981 [1920]) como sendo proveniente desse contato linguístico irregular entre diversas etnias a partir da língua portuguesa que aqui chegou através das caravelas, resultando em uma língua geral paulista, ancestral desse dialeto caipira

(Monteiro, 1995 *apud* Lobo, 2015). Assim sendo, esta pode se configurar enquanto uma área de traços linguísticos conservadores (obsoletismos). Acerca desse fato, Labov (1994, p. 69, tradução nossa)⁹ poderia nos dizer que um “exame minucioso do presente mostra que boa parte do passado ainda está entre nós.”. Futuros estudos do léxico, ancorados na perspectiva dialetológica, poderão atestar ou não essa hipótese.

Curiosamente, esta é a variante que predomina no estado vizinho, Mato Grosso do Sul, que também faz fronteira com o Paraná. Romano (2015) demonstra que essa área é bastante influenciada por traços linguísticos provenientes de um falar paulista, englobando o Norte do Paraná e algumas partes do Mato Grosso do Sul. Podemos confirmar essa informação na carta linguística que engloba esse referente no ALMS (Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul).

Figura 02: Distribuição geolinguística das variantes nos dados do ALMS.

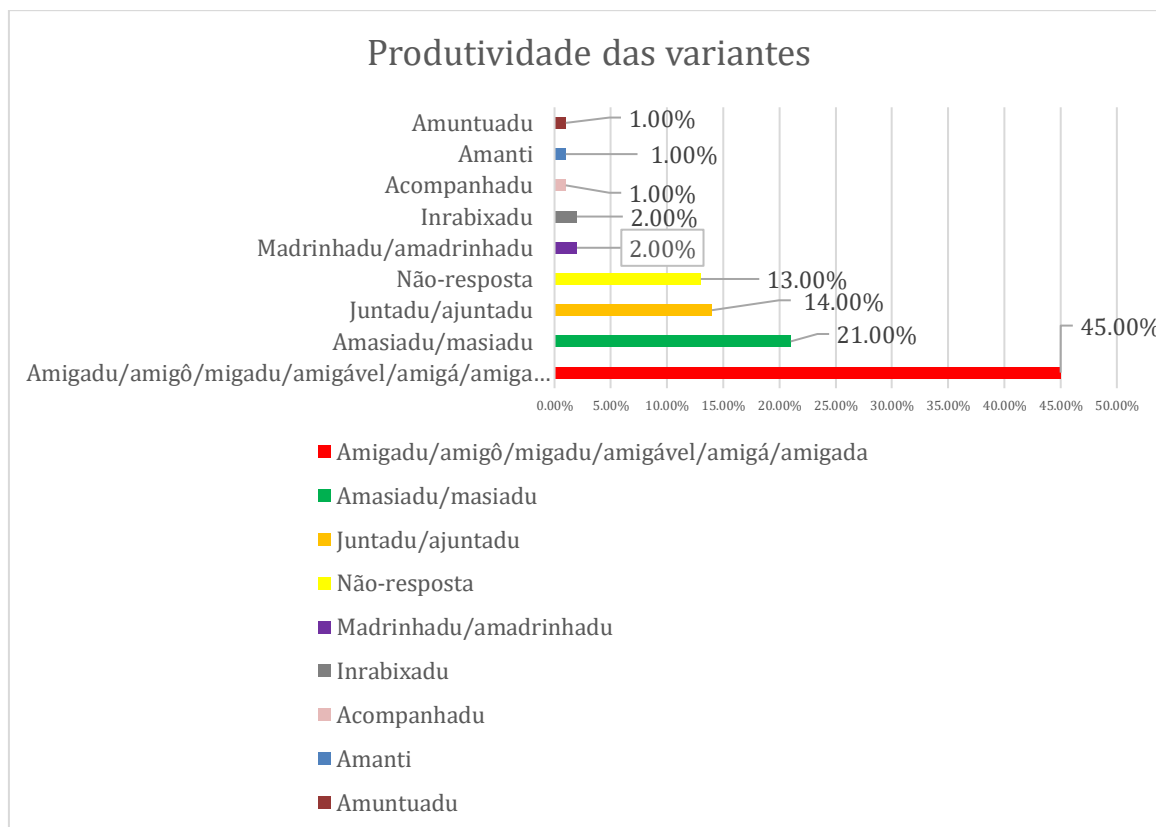


Fonte: Oliveira (2007, p. 181).

⁹ “El examen minucioso del presente muestra que buena parte del pasado está todavía entre nosotros.” (Labov, 1994, p. 69).

A partir dessa carta linguística, podemos abstrair a produtividade lexical das variantes de maneira geral, no macroespaço linguístico analisado:

Gráfico 07: Produtividade lexical das variantes nos dados do ALMS.



Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados do ALMS (Oliveira, 2007, p. 181).

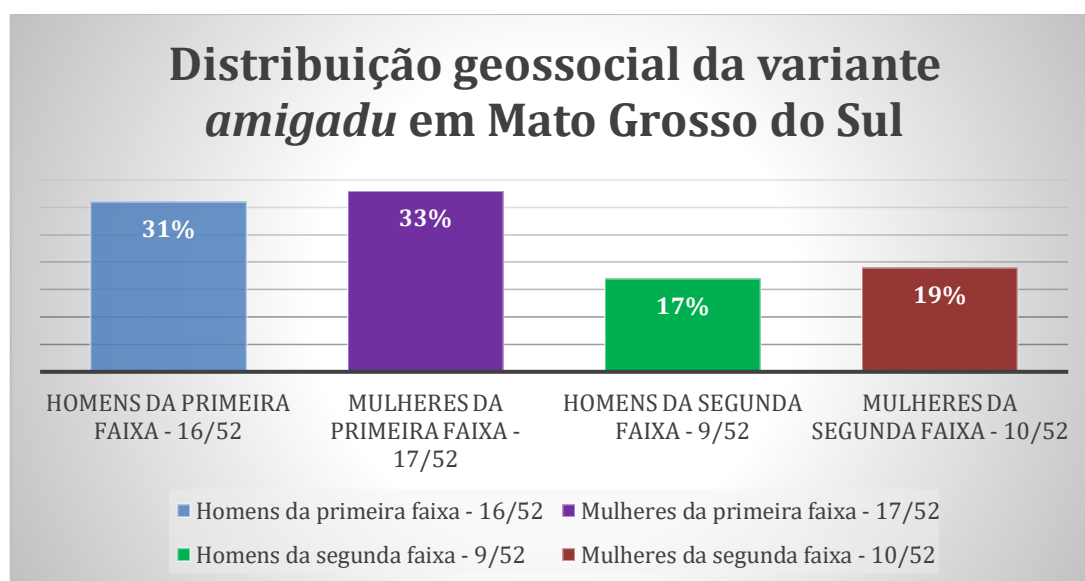
Amigado(a) e seus correlatos são o agrupamento de variantes que prevalecem na norma local do Mato Grosso do Sul, contabilizando mais que o dobro percentual da variante seguinte na escala de frequência de uso. Seria este um indício do caráter pancrônico do item lexical *amigado*? Se aprofundarmos mais ainda o escopo de análise, poderíamos afirmar que a língua portuguesa possui um léxico, principalmente o rural, que conserva características do português antigo? Essa demanda só poderá ser respondida a partir de outros estudos histórico-dialetológicos de cunho lexical. Por ora, limitemo-nos a citar o que expõe Mattos e Silva (2009), ao retomar o estudo feito por Cardoso e Rollemberg (1994), sobre a vitalidade de *sarolha* nos falares baianos. A autora afirma que nos dialetos rurais e populares brasileiros ainda sobrevivem muitos itens tidos como arcaísmos.

Inversamente proporcional é a presença dos itens *ajuntado* e *amasiado* nas normas locais do Sul do Brasil e do Mato Grosso do Sul. Na primeira região, *ajuntado* predomina no léxico popular dos falantes; na segunda, *amasiado* é mais frequente que *ajuntado*. Variantes específicas do universo lexical sul-mato-grossense para esse referente são: *amadrinhado*, “*inrabixadu*” e *acompanhado*. Enquanto isso, *companheiro*, *amonte*, *parceiro* e *formigado* são variantes unicamente registradas nos dados da região Sul. Como variantes em comum entre ambas as regiões estão: *Ajuntado*, *amigado*, *amontoado*, *amasiado* e *amante*.

Dentre os novos recursos substitutivos que apareceram nessa amostra, para o referente-tabu em análise, há de se observar as expressões genéricas *amadrinhado* e *acompanhado* e o disfemismo *inrabixadu*.

Considerando-se somente a realização de *amigado(a)* no Mato Grosso do Sul, podemos formular o seguinte gráfico, correlacionando quem diz o quê em qual lugar. Neste gráfico, evidencia-se a metodologia da Dialetologia e da Geolinguística Pluridimensional, que correlacionam o uso de variantes linguísticas específicas a dimensões sociais desse processo de variação. Neste caso, o ALMS optou por correlacionar a dimensão diasssexual (o sexo do informante) com a faixa etária, gerando a seguinte possibilidade de análise:

Gráfico 08: Distribuição geossocial da variante *amigadu* nos dados do ALMS



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do ALMS.

Considerando-se a influência das dimensões geossociais na distribuição espacial da variante *amigadu* no estado do Mato Grosso do Sul, podemos abstrair a seguinte generalização:

- l) A variante possui marca diageracional, pois está mais amplamente difundida entre os jovens, de modo geral, do que entre os informantes da faixa etária mais elevada, o que corrobora a teoria de que *amigado* pode ser entendido enquanto item lexical pancrônico, já que novamente está presente no vocabulário dos jovens sul-mato-grossenses, ao invés de estar fadado ao desaparecimento.

Quanto à completa ausência da variante, dá-se apenas em quatro localidades: Paiaguás, região rural ao noroeste do estado; Bela Vista, no oeste do estado; Bataguassu, região leste do estado, divisa com São Paulo; e, Iguatemi, situada na porção sudoeste do Mato Grosso do Sul, próxima à divisa do Paraná.

Consideraremos que esse designativo possui marca diatópica em localidades onde teve três ou mais ocorrências, considerando-se os quatro informantes por localidade. Desse modo, possuem marca diatópica para *amigadu*: Nhecolândia, Rochedo, Rio Negro, Ponta Porã, Sete Quedas e Eldorado. Ou seja, as mesorregiões do estado onde se distribui mais gradualmente esse traço diatópico enquanto marca característica regional são: Sudoeste (Ponta Porã, Eldorado e Sete Quedas), Centro-Norte (Rochedo e Rio Negro) e mais esporadicamente na mesorregião dos Pantanaís (Nhecolândia). É possível pensarmos em uma isoléxica que compreenda a mesorregião sudoeste do Mato Grosso do Sul, irradiando-se do Norte do Paraná, como pudemos perceber na arealização da variante *amigado* nos dados do ALERS.

Quanto à marca diageracional, a utilização da variante é unânime entre os jovens de: Porto Esperança, Aquidauana, Campo Grande, Rochedo, Coxim, Inocência, Bonito, Ponta Porã, Amambai e Rio Brillhante. Ou seja, *amigadu* é traço de inovação nessas localidades. Como marca diageracional da segunda faixa etária, a variante ocorre em: Rio Negro, Sete Quedas e Eldorado, localidades nas quais podemos interpretar esse traço diatópico como indício de conservadorismo linguístico, indicativo de que,

provavelmente, pelo fato de os jovens não o utilizarem mais, está havendo uma mudança linguística em curso, em tempo aparente.

Por fim, a variante apresenta marca diassexual do falar masculino, ocorrendo em ambas as faixas etárias, nas localidades de: Nhecolândia, Bandeirantes e Ponta Porã; ao passo que representa marca diassexual do falar masculino em: Rochedo, Rio Negro, Água Clara, Sete Quedas, Eldorado e Dourados.

Feita a descrição geossociolinguística dessas variantes, passemos às considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação nos revelou informações importantes sobre o percurso linguístico (léxico-semântico) e extralinguístico (sócio-histórico) que as variantes designativas do campo semântico das relações extraconjugais e extraoficiais realizaram na história da língua portuguesa.

Através da abordagem histórico-dialetológica e com subsídio da Linguística de *Corpus*, foi possível identificar que, de um estado de coexistência entre *amigo* e *mancebo*, no português medieval ou antigo, *mancebo* passa a ser a variante majoritária na norma lexical do PE, entre os séculos XV e XX. No entanto, a análise de textos escritos pertencentes ao *Corpus* do Português revela que entre o século XIX e XX, em Portugal, parece prevalecer, na língua escrita, sobretudo a literária, a variante *concupino(a)*. Ainda assim, faz-se necessário um mapeamento dialetológico do estado atual de língua falada em Portugal, para que possa ser feito um contraste entre os dados de língua falada e de língua escrita. Parece-nos, todavia, que a norma lexical portuguesa mudou drasticamente entre o século XIII e o século XV, pois as variantes predominantes no português antigo (*amigo*) e no português médio, clássico e início do moderno (*mancebo*) já estão em desuso nesse universo lexical, com a fixação de *concupino* enquanto variante predominante no português europeu moderno.

Quanto à norma lexical brasileira, a análise de dados do português brasileiro colonial nos revela que, na gênese do PB, este seguia, parcialmente, a norma do PE, especialmente do assim chamado português médio, pois há correspondência entre ambas

as normas das variedades de língua portuguesa, com predominância da variante *mancebo* durante todo o período colonial.

Ainda assim, um traço relevante desse período no Brasil é o registro da variante *amigado* em textos do Padre Antônio Vieira, sermões produzidos para a língua falada, o que provavelmente indica o caráter popularesco da variante, que acreditamos ser produto da fusão entre a variedade lusitana e as variedades autóctones e alóctones que aqui se encontravam no período colonial, uma pequena mostra do que seria um traço lexical da língua geral brasileira, um conservadorismo linguístico proveniente do português antigo e adaptado à realidade linguística brasileira.

Os dados da norma regional brasileira em língua escrita, no *Corpus* do Português, evidenciam que o PB continua seguindo a tendência de acompanhar as transformações presentes no PE, pois a variante preponderante na língua portuguesa escrita do Brasil, mais recentemente, também é *concubino(a)*, que parece estar atrelada às manifestações estéticas, mas também ocorrendo inclusive em textos acadêmicos, como demonstrou a análise léxico-semântica.

O mapeamento dialetológico da realidade linguística brasileira atual, em um recorte de língua falada, demonstra que na região Centro-Sul – compreendendo, nesta pesquisa, os estados de Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – não parece haver homogeneidade. Pelo contrário, há um mosaico da diversidade linguística muito bem refletido nas denominações para as relações extraconjugais e extraoficiais.

Pudemos identificar duas áreas linguísticas nos extremos da região Sul do Brasil. No extremo norte da região, prevalece a variante *amigado(a)*, compreendida enquanto traço de conservadorismo linguístico proveniente do português antigo. No extremo sul da região, predomina a variante *amasiado*, que pode ter sido influência castelhana na constituição histórica da região de fronteira lateral sul-rio-grandense. Também predomina no litoral do Rio Grande do Sul. No litoral catarinense, especialmente no Sudoeste, prevalecem as variantes *juntado/junto*, enquanto na região do leque catarinense, área de transição entre um falar de influência paranaense (*amigado*) e outro de influência sul-rio-grandense (*amasiado*) parece haver coexistência das variantes *ajuntado* e *amontoado*, formações neológicas.

Aliás, a formação neológica *ajuntado*, se considerada juntamente aos correlatos *juntado/junto*, é a variante predominante na realidade linguística do Sul do Brasil atualmente. Uma variante que não havia aparecido nos dados das sincronias pretéritas, e um provável indício de mudança linguística nessa norma lexical.

No Mato Grosso do Sul, por sua vez, predomina a variante *amigadu*, especialmente nas mesorregiões sudoeste e centro-norte do estado, mas com ocorrências paulatinas por toda a área analisada. Um traço do conservadorismo linguístico que sobrevive às mudanças nas estruturas socioculturais e comportamentais, um reflexo de que a língua, volta e meia, pode trazer à tona itens lexicais que, apesar de “empoeirados”, como diria Bybee (2020), são verdadeiras formas de relíquia, se tomarmos a perspectiva de Koch (2000, *apud* Altenhofen, 2002).

E assim, a língua faz suas movimentações, e a norma trata de se adaptar às novas configurações sociais produzidas pelos seus falantes, com base em aspectos linguísticos, políticos e culturais.

Esperamos, a partir dessa investigação, ter descrito, minimamente, um recorte do léxico histórico da língua portuguesa, o léxico tabu referente ao campo semântico das relações extraconjugais e extraoficiais. Futuramente, poderão ser acrescentadas, de modo complementar, análises que, sob o viés da Sociolinguística Histórica, permitam identificar pontos mais específicos do encaixamento dessas variantes na história da língua, bem como aspectos da mudança linguística de longa duração em tempo real.

REFERÊNCIAS

ALTENHOFEN, C. V. Áreas lingüísticas do português falado no sul do Brasil: um balanço das fotografias geolingüísticas do ALERS. In: P. Vandresen. (Org.). *Variação e mudança no português falado na região sul*. 1ed. Pelotas: Educat - Editora da Universidade Católica de Pelotas, 2002, p. 115-145.

ALTENHOFEN, C. V.; KOCH, W.; KLASSMANN, M. S.; MERCER, J. L. V.; MARGOTTI, F. W.; VIEIRA, H. G.; FURLAN, O. A.; AGOSTINI, B. *Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS)*: Cartas Semântico-Lexicais. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Editora da UFSC, 2011. v. 1. p. 960.

ALVES, I.M. *Neologismo: criação lexical*. Editora Ática S.A. 1990.

AMARAL, A. *O dialeto caipira*: gramática, vocabulário. 4ª edição. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL. 1981 [1920].

AUGRAS, M. *O que é tabu*. Editora Brasiliense. 1989.

BELLMANN, Günter. Arealität und Sozialität? Avec un résumé en français. In: RADTKE, Edgar & THUN, Harald [Hrsg.]. *Neue Wege der romanischen Geolinguistik: Akten des Symposiums zur empirischen Dialektologie*. (Heidelberg/Mainz, 21.-24.10.1991.) Kiel: Westensee-Verl., 1996. p. 50-77. (Dialectologia Pluridimensionalis Romanica; 1.)

BIDERMAN, M. T. C. O léxico, testemunha de uma cultura. In: *Actas do XIX Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românicas*. Sessão II: Lexicologia e Metalexigrafia. Vol.2, 1992, p.397-405.

BIDERMAN, M. T. C.; MURAKAWA, C. DE A. A. (org.). *Dicionário Histórico do Português do Brasil: séculos XVI, XVII e XVIII*. Araraquara: FCL-UNESP, 2021. Disponível em: <http://dicionarios.fclar.unesp.br>. Acesso em: 28 nov. 2021.

BYBEE, J. *Mudança linguística*. Tradução: Marcos Bagno. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020 (Coleção de Linguística).

CONDE SILVESTRE, J. C. *Sociolingüística histórica*. Madrid: Editorial Gredos, 2007.

CUNHA, A.G. da. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. 4ª ed., revista pela nova ortografia. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

GALVES, C. M. C. A língua das caravelas: periodização do português europeu e origem do português brasileiro. In: A. Castilho; M.A. T. Moraes; R. E. V. Lopes e S. M. L. Cyrino. (Org.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. Campinas: Pontes, 2007, p. 513-528.

GALVES, C. M. C. Periodização e competição de gramáticas: o caso do português médio. In: LOBO, T., CARNEIRO, Z., SOLEDADE, J., ALMEIDA, A., e RIBEIRO, S., orgs. *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias* [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 65-74.

GUÉRIOS, R. F. M. *Tabus Linguísticos*. 2ª ed. Companhia Editora Nacional, 1979.

HUMANITIES, National Endowment for the. *O corpus do português*. 2016 [2006]. Versão digital. Disponível em: <https://www.corpusdoportugues.org/x.asp> . Acesso em: 30 nov. 2021.

ISQUERDO, A. N. Normas lexicais no português do Brasil e desafios para a lexicografia brasileira. In: J.S. de Magalhães; L.C. Travalia. (Org.). *Múltiplas Perspectivas em Linguística*. 1ed. Uberlândia - MG: EDUFU, 2008, v. I, p. 447-458.

ISQUERDO, A. N. O caminho do rio, o caminho do homem, o caminho das palavras.... In: RIBEIRO, S. S. C.; BORBA COSTA, S. B.; CARDOSO, S. A. M. (Org.). *Dos sons às palavras: nas trilhas da língua portuguesa. Homenagem a Jacyra Andrade Mota pela contribuição aos estudos dialetais*. 1ed.Salvador - BA: EDUFBA, 2009, p. 41-59.

KROLL, H. *O eufemismo e o disfemismo no português moderno*. 1ª edição. 1984. Biblioteca Breve. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

LABOV, W. *Principios del cambio lingüístico*. Volumen 1: factores internos. Madrid: Gredos, 1994.

LOBO, T. C. F. Rosa Virgínia Mattos e Silva e a história social linguística do Brasil. In: *Estudos de Linguística galega*, v. 7, p. 69-82, 2015.

LUCCHESI, D. As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil. In: *DELTA. DOCUMENTAÇÃO DE ESTUDOS EM LINGUÍSTICA TEÓRICA E APLICADA (PUCSP. IMPRESSO)*, São Paulo, v. 17, n.1, p. 97-132, 2001.

MATTOS E SILVA, R. V. *Caminhos da lingüística histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola, 2008. p. 206.

MATTOS E SILVA, R. V. O conceito relativo de neologismo e arcaísmo: um estudo pancrônico. In: OLIVEIRA, K.; CUNHA E SOUZA, H.F.; SOLEDADE, J. (Orgs). *Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias* [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 11-20.

NASCENTES, A. *Dicionário Etimológico Resumido*. Instituto Nacional do Livro: Ministério da Educação e Cultura. 1966.

OLIVEIRA, D. P. (org.). *Atlas lingüístico de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: MS. Ed. UFMS, 2007.

PRETI, D. *A linguagem proibida: um estudo sobre a linguagem erótica*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

RADKE, E.; THUN, H. Nuevos caminos de la Geolingüística Románica. Un balance. In: RADKE, E.; THUN, H. *Neue Wege der Romanischen Geolinguistik: Akten des Symposiums zur Empirischen Dialektologie (Heidelberg/Mainz, 21 – 24/10/1991)*. Kiel: Westensee – Verl., 1996, p. 25-49.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de la lengua española*, 23.ª ed., [versión 23.5 en línea]. Disponível em: <https://dle.rae.es>. Acesso em: 19 dez. 2021.

ROMANO, V.P. *Em busca de falares a partir de áreas lexicais no Centro-Sul do Brasil*. 2015. 2v. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015. Volume1: 296f. Volume2: Uma carta introdutória, 71 cartas linguísticas e 10 relatórios.

SARDINHA, T. B. *Linguística de corpus*. Barueri: SP. Editora Manole, 2004.

SOUTO MAIOR, M. *Dicionário de palavrão e termos afins*. Belo Horizonte: Editora Leitura, 2010 [1980].

ULLMANN, S. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Tradução de J.A. Osório Mateus. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 5ª edição. 1964.

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA, Centro Linguístico da. *Corpus informatizado do Português Medieval*. Disponível em: <https://cipm.fcsh.unl.pt/>. Acesso em: 15 nov. 2021.

Recebido em: 22/12/2021

Aceito em: 22/10/2023

Daniel Abud Marques Robbin: Graduado em Letras - Português e Espanhol pela UFMS/CPAN. Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, na área de concentração Sociolinguística e Dialetologia. Doutorando em Letras (Sociolinguística) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor de língua portuguesa na rede municipal de Balneário Camboriú/SC. Tem como principal objeto de pesquisa os tabus linguísticos em língua falada. Suas áreas de investigação são: Sociolinguística, Dialetologia Pluridimensional, Semântica Lexical, História da Língua e Ensino de língua e literatura.